

**Representações de educação crítica emancipatória no livro “Viver é lutar” (1961-1964)**

*Representations of emancipatory critical education in the book “Viver é lutar” (1961-1964)*

Rogério Andrade Maciel  
Adriane Beatriz Lima de Souza  
Sebastião Rodrigues da Silva Júnior  
**Universidade Federal do Pará-UFPA**  
Bragança-Pará-Brasil

**Resumo**

O presente artigo analisa as representações de educação crítica emancipatória no livro “Viver é Lutar”. A metodologia utilizada foi a Abordagem da Nova História Cultural em Chartier (1990;1991;2015). A pesquisa no acervo digital do Centro de documentação Professor Casemiro dos Reis Filho - (CEDIC – PUC – SP) possibilitou a identificação desse livro escolar. Nesse viés, a análise dos dados foi operacionalizada pelas representações metodológicas sobre o objeto em sua materialidade. Desse modo, os resultados apontam que as lições contidas no livro estavam delineadas por uma educação problematizadora sobre a necessidade do trabalho, da luta, do estudo, de escola e do povo. Tais lições estavam constituídas por representações de educação crítica emancipatória para que a população se conscientizasse e, conseqüentemente, reivindicasse os seus direitos negados na estrutura social do Brasil, no período de 1961-1964.

**Palavras-chave:** Representações; Educação Crítica Emancipatória; Livro “Viver é lutar”.

**Abstract**

This article analyzes the representations of emancipatory critical education in the book "Living is Fighting". The methodology used was the Chartier Approach to the New Cultural History (1990;1991;2015). The research in the digital collection of the Documentation Center Professor Casemiro dos Reis Filho - (CEDIC - PUC - SP) allowed the identification of this school book. In this bias, the data analysis was operationalized by the methodological representations about the object in its materiality. Thus, the results indicate that the lessons contained in the book were outlined by a problematizing education about the need for work, struggle, study, school and people. These lessons were constituted by representations of emancipatory critical education for the population to become aware and, consequently, to claim their denied rights in the social structure of Brazil, in the period 1961-1964.

**Key words:** Representations; Critical Emancipatory Education; Book “To live is to fight”.

## **1 Introdução**

O objetivo deste estudo foi o de analisar as representações de educação crítica emancipatória no livro “Viver é Lutar”, produzido pelo Movimento de Educação de Base<sup>1</sup> (MEB), para os Sistemas Educativos Radiofônicos do Brasil. Esse livro é um dispositivo que apresenta múltiplas influências nos processos cotidianos dos alunos jovens e adultos. Nessa acepção, Burke (2008, p.81) ressalta que “a história das práticas cotidianas se preocupa mais com a significação de atividades como experimentação” e, com isso, percebe-se que essas práticas são carregadas de sentidos e significados.

Falar dessa perspectiva é trazer à tona debates que, paulatinamente, tem ganhado força no corpo social, pela Nova História Cultural, concernente à exposição de Chartier (2016), em que a produção do conhecimento sobre o uso dos livros como objetos culturais possibilita a análise de uma sociedade pela cultura.

O livro enquanto objeto de cultura<sup>2</sup> se reconfigura diariamente na relação individual e coletiva de uma sociedade. Ele se constitui também pela história das populações em seus diferentes modos de fazer, conforme Certeau (2014), os artefatos culturais produzidos pela sociedade devem ser analisados pela (re) invenção operacionalizada pelas pessoas, pessoas comuns no cotidiano de cada instituição escolar.

A produção dos livros de alfabetização para jovens e adultos no Brasil, no período de 1961 a 1964, possui um papel fundamental para os elementos representativos dos sujeitos sociais. Na acepção de Mortatti (2000), a alfabetização através de cartilhas e livros escolares são concebidas por métodos que visam o ensino e aprendizagem dos sujeitos, por meio, da leitura e da escrita. A partir disso, o livro de alfabetização “Viver é Lutar” permite ir além dos aspectos meramente escolares, pois atua, direta e indiretamente, nas diferentes formas de pensar, sentir, querer, agir; isto é, na atuação social dos indivíduos.

Dessa forma, nossa questão se propôs a investigar: Que representações existem nas lições de alfabetização constituídas no livro escolar “Viver é Lutar” para os adultos nos Sistemas Educativos Radiofônicos do Brasil, no período de 1961-1964? Tal questão traz à tona as representações de educação nesse objeto cultural.

## **2 Metodologia**

A tessitura metodológica desta pesquisa está organizada pela Abordagem da Nova História Cultural (NHC), com base em Chartier (1990;1991;2015) que a advoga pela história cultural dos objetos, entre suas práticas e representações constituídas pelos sujeitos no cerne das instituições educativas. Na acepção de Burke (2008, p.38), ela é “a forma dominante de história cultural”. Consoante ao exposto, Burke (2008, p.68) ainda assegura que é “mais uma fonte de inspiração. Ela é mais eclética, tanto no plano coletivo, como no individual”. Por isso, a opção por essa abordagem se corporifica por entender os processos culturais de transformação social, atuando diretamente nos objetos culturais, a exemplo, os livros escolares.

O tipo de pesquisa foi a documental. Conforme Cellard (2008, p.298) “uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas/vestígios capazes de lhe fornecer informações interessantes”. O documento foi identificado no Centro de Documentação Professor Casemiro dos Reis Filho - (CEDIC – PUC – SP). Dessa forma, os acervos digitalizados podem contribuir para a transversalidade nas práticas cotidianas, pois asseguram o registro de informações que expressam os modos de vida dos sujeitos sociais. Nesse cerne, Tavares (2012) propõe que os meios digitais asseguram a ampliação do campo de atuação que vincula a diversidade cultural com a construção histórica da sociedade brasileira.

A análise dos dados foi constituída pelo primeiro eixo de análise das representações metodológicas de Chartier (1990; 1991; 2015)<sup>3</sup>. Sobre “O objeto em sua materialidade” no âmbito da estrutura, forma, frequência e dispositivo - elementos constituidores que possibilitaram compreender esse acervo em seu contexto sociocultural de ensino para a alfabetização de adultos no Brasil.

O primeiro eixo de análise da história do objeto em sua materialidade possibilita analisar a fabricação/produção dos objetos culturais para determinada finalidade (NUNES; CARVALHO, 2005; CHARTIER, 1990). Nessa vertente, foi analisado a fabricação/produção do livro escolar para alfabetizar os adultos no Brasil.

Sobre os elementos estruturantes do primeiro eixo, percebe-se que em relação à forma constata-se a enumeração dos materiais que constituem os objetos culturais. No âmbito da estrutura, observar-se-á a moldagem dos objetos culturais reafirmando a

existência dessa e não de outra, pois a relação do objeto em sua materialidade não é arbitrária; já a frequência versa pela estimativa de uso e, ainda, tem-se como discussão o dispositivo que dispõe os agentes responsáveis pelo próprio objeto cultural (NUNES; CARVALHO, 2005; CHARTIER, 1990).

### **3. Resultados e discussão**

Para alfabetizar os adultos é possível compreender que existiram diversas fases de elaboração do conjunto de material didáticos para serem utilizados nos programas das aulas dos Sistemas Educativos Radiofônicos do Brasil, pelos professores locutores; um deles foi o livro escolar “Viver é Lutar”<sup>4</sup>.

#### **3.1 A produção e contextualização histórica do Livro “Viver é lutar”: Um dispositivo pedagógico da alfabetização de adultos**

Desde quando o MEB foi criado para organizar os Sistemas Educativos Radiofônicos do Brasil, havia a necessidade de produção/fabricação sobre materiais de leitura para alfabetizar os adultos. Conforme Fávero (2006), nos primeiros anos do MEB, em 1962, eram usados os folhetos Ler e Saber, o Caderno de Aritmética e, até mesmo, a Radiocartilha. Entretanto, esses materiais eram censurados tanto por questões metodológicas, por obterem conteúdos acríticos, quanto pelo público alvo a quem se destinava o ensino, as radiocartilhas, por exemplo, eram usadas para ensinar tanto as crianças quanto os adultos no Brasil.

Com base nessa necessidade de produzir livros escolares mais específicos para alfabetização de adultos, segundo Fávero (2006), houve o I Encontro Nacional de Coordenadores em Recife, promovido pelo Movimento de Educação de Base, em 1963. Nesse evento foram elaborados dois livros escolares para os adultos, são eles: “Saber para Viver” e “Viver é lutar”.

O livro “Viver é Lutar” foi o segundo livro de leitura projetado pelo Movimento de Educação de Base. Este tinha como objetivo promover uma formação tríade através dos materiais pedagógicos no âmbito da política, do social e educacional. Conforme a figura 1, apresenta-se a capa do livro que traz os sujeitos e a organização de uma sala de aula das escolas radiofônicas:

Figura 01 – Livro Viver é lutar



Fonte: Fundo do MEB. Acervo do CEDIC, 1963

A capa do livro escolar “Viver é Lutar” é constituída por alunos e um monitor - sujeitos nas escolas radiofônicas, além disso há a colocação desses membros diante de dois objetos: o rádio – meio de comunicação – e o quadro negro. Nesse sentido, a disposição organizacional desses sujeitos ajuda na compreensão da metodologia de ensino dos sistemas radiofônicos, em que há uma figura de suporte funcionando como monitor<sup>5</sup> para reprodução das aulas.

Outrossim, a análise dos livros, enquanto um dispositivo pedagógico, é “a notável permanência dos elementos estruturantes de sua organização” (VIDAL, 2009, p.28). As imagens constituídas nessa discussão compreendem a capa do livro “Viver é lutar” (2º livro de leitura para adultos) para alfabetizar os adultos nos Sistemas Educativos Radiofônicos que formam trinta lições de alfabetização. No livro há noções de construção da vida cotidiana e as representações de educação crítica emancipatória dessa população excluída do processo escolar imposto pelo Estado.

Consoante ao período de produção do livro, estabeleceu-se a identificação dos acontecimentos históricos sobre a necessidade de alfabetização de jovens e adultos que apresentavam dificuldades de vida pessoal e educacional (FÁVERO, 2006). Uma demonstração desse fator refere-se ao alto índice de analfabetos no período que antecede as décadas de 1950 a 1960, questão percebida na assertiva de Ferraro (2009, p.92):

## *Representações de educação crítica emancipatória no livro “Viver é lutar” (1961-1964)*

A década 1950/60 apresenta uma redução de 11,8 pontos percentuais na taxa percentual de analfabetismo (de 51,5% para 39,7%): uma redução 2,3 vezes superior à verificada na década anterior.

Falar desse processo requer, assim, a compreensão do período histórico dos livros escolares no Brasil. Acerca disso, Ana Maria Chartier (2002) traduzida por Maria Helena Camara Bastos, em “os modelos contraditórios da leitura entre formação e consumo. Da alfabetização à cultura de massa”, escreve o processo histórico da leitura e como ele se configurou para a sociedade. Nesse sentido, um fator que chama a atenção é o iletrismo que atingia, principalmente, as populações adultas, o que pode ser confirmado no relatório de 1984 escrito ao primeiro ministro Pierre Mauroy<sup>6</sup>, quando se percebe um cenário de predomínio do analfabetismo na população dessa etapa geracional.

No Brasil, o analfabetismo era o retrato de uma sociedade desigual, em que os pertencentes às classes populares eram aqueles que estavam distantes do saber escolarizado. Nos anos de 1960, por exemplo, a estimativa era que metade da população brasileira maior de 14 anos era analfabeta (SCOCUGLIA, 2000). Em concordância com isso, Soares e Galvão (2005) acrescentam que o problema do analfabetismo impactava nas condições de miserabilidade da maioria da população brasileira. Ademais, isso começou a mudar com a criação do MEB, através da implantação de um conjunto de Sistemas Educativos Radiofônicos e sua rede de Escolas Radiofônicas, possibilitando o processo de alfabetização, especialmente no Nordeste e no Norte do Brasil (MENEZES, 2001).

Também é mister pontuar que o processo histórico dos livros está permeado dos métodos de alfabetização: sintético e analítico. Os primeiros livros foram produzidos por professores tanto fluminenses quanto paulistas e estavam pautados nos métodos de marcha sintética, compreendidos a partir da soletração e silabação. A leitura estava configurada a partir das divisões silábicas que deveriam ser repetidas após exposição e a escrita intrínseca à cópia, respeitando o desenho das letras de forma mais fidedigna possível (MORTATTI, 2000).

Aliado a isso, esse processo é constituído a partir de fases de nivelamento que é iniciado com as letras e, posteriormente, com a formação silábica. Na década de 1930 há uma mescla no modo de ensinar, pois ora se observava o método sintético, outrora o analítico (MORTATTI, 2000). Isso ocorre devido a um processo de secundarização da importância do método, uma vez que o ato de ensinar estava atrelado à didática e aos

fenômenos de natureza psicológica. Nesse cerne, Mortatti (2000, p.43) elucida que “embora muitas tenham sido as disputas sobre as diferentes formas de processuação do método, um ponto em comum era a necessidade de se adaptar esse ensino às necessidades biopsicológicas da criança, cuja forma de apreensão do mundo era tida como sincrética”.

Os métodos – analítico e sintético – intrínsecos ao processo de alfabetização partem do pressuposto da sentença para o fonema ou vice-versa. Interessante pontuar as considerações de Salvador (1997) sobre os métodos de alfabetização, pois ele enfatiza que não há demarcação datada para a ocorrência desses, visto que ainda hoje, mesmo com diferentes roupagens, eles ainda ocorrem no contexto escolar, inclusive para a educação dos jovens e adultos.

A partir do século XX, os livros escolares estavam pautados no método analítico que discute, em sua base, processos de palavração (não requer a decomposição da palavra em sílabas) e sentencição (memorização). Isso propiciou o entendimento de uma nova concepção de ensino para as crianças, jovens e adultos, tudo em meio as palavras, frases permeadas pelo cotidiano dos sujeitos, frases configuradas por meio de nexos lógicos (MORTATTI, 2000).

Um dos percursos do método analítico para a educação de jovens e adultos no Brasil foi o Educador e Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire. Acerca disso, Paiva (2003) faz uma alerta no sentido de que o objetivo de Freire era fazer sucessivas aproximações entre os conteúdos escolares e as realidades vivenciadas pelos indivíduos por meio de suas culturas. Isso era realizado no sentido de enaltecer a importância desses sujeitos não somente na escola, mas enquanto construtor da cidadania e, ainda, enquanto transformador atuante de sua(s) realidade(s).

Assim, destaca-se o aporte basilar da concepção Freireana: o diálogo, esse permeado como criação e recriação dos sujeitos e do meio em que vivem, relacionam-se e modificando-se. Por isso, há uma assídua crítica no que concerne à abordagem tradicional dos livros escolares que desconfiguram a alfabetização mediada pelo diálogo. Nessa seara é que Soares e Galvão (2005) explicitam que esses estudos devem ser fundamentados na relação com o homem e não para o homem, assegurando-lhe, dessa maneira, uma participação protagonista.

## Representações de educação crítica emancipatória no livro “Viver é lutar” (1961-1964)

Toda escola é produtora de uma cultura escolar (BARROSO, 2012) e a leitura é “o meio universal sem o qual a vida social, cultural, intelectual, cívica está em perigo” (ANA MARIA CHARTIER, 2002, p. 49). Dessa forma, o livro “Viver é Lutar”, consolida-se nos parâmetros de reivindicação e luta do povo na busca de conscientização da sociedade, constituídas nas lições desse dispositivo pedagógico da alfabetização de adultos.

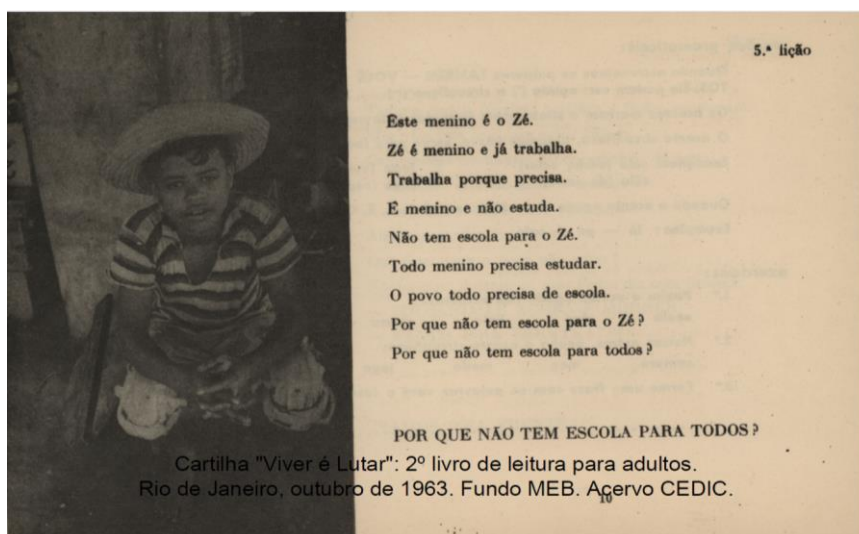
### 3.2 As lições de alfabetização de adultos e as representações de educação crítica emancipatória

As lições contidas no livro escolar *Viver é Lutar* contém em sua estrutura 65 páginas e 30 lições como organização sistemática para as práticas culturais de alfabetização.

Nas práticas de leituras do livro, encontra-se estruturada da seguinte forma: duas colunas, sendo que do lado esquerdo de cada lição existem imagens referentes a temas da realidade brasileira dos educandos adultos e do lado direito utiliza-se pequenos textos referente a uma temática articulada à imagem; abaixo das imagens e textos existem atividades de gramática, com perguntas problematizadoras sobre os textos e suas respectivas imagens.

A identificação de letras, sílabas, palavras e frases, aqui convertida, segundo Salvador (1997), surgiu pelo grande índice de analfabetos funcionais na história da educação. Acerca disso, constata-se que o objetivo era o de facilitar a aprendizagem dos alunos, em que as imagens, textos e atividades tinham o objetivo de ensinar a gramática, escrita e leitura das palavras. Para elucidar essas proposições, apresentar-se-á as lições 5 (figura 2) e 6 do livro escolar “Viver é lutar”.

Figura 02 – Livro *Viver é lutar*, lição 5



Fonte: Fundo do MEB. Acervo do CEDIC, 1963



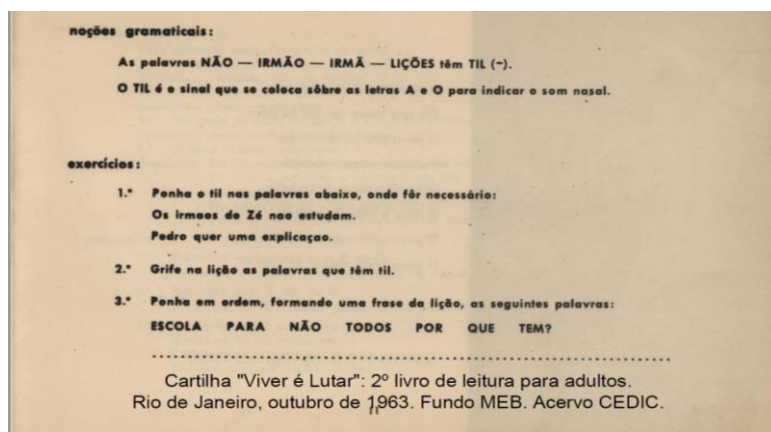
O menino quase sentado constitui a expressão facial e as indumentárias de um camponês. De acordo com Salvador (1997), nos livros são formados textos baseados no meio rural e urbano. No livro “Viver é lutar”, há a predominância do aspecto campesino nas imagens e no conteúdo escrito tanto no texto que inicia cada lição, quanto nas atividades propostas.

O texto da lição 5 contempla o menino chamado “Zé” inserido no trabalho, embora na fase infantil. O motivo apresentado para essa concepção é convergente ao título do livro, notadamente expressado com a necessidade de manter a família. É pertinente frisar, com isso, que primeiramente Zé é exposto como ser individual, entretanto, as afirmações logo são convertidas na coletividade: **todo menino precisa estudar/ o povo todo precisa de escola**. Isso constitui um campo lexical semântico, em que o individual, na luta, é coletivo: *por que não tem escola para o Zé?/ Por que não tem escola para todos?*

Essa acepção remete à assertiva de Ana Maria Chartier (2002, p.37) ao escrever que “os relatos de vida revelam a importância das experiências precoces, o papel decisivo representado pelos mediadores, a força de atração das leituras proibidas, a irreversibilidade das iniciações”, por isso, desde a infância os infortúnios da vida campesina se fazem presentes nas lições desse livro escolar.

Ainda nas atividades da lição 5 há uma divisão em duas partes: a primeira concernente às noções gramaticais e a segunda fundamenta-se em exercícios, conforme a figura 3.

Figura 03 - Livro Viver é lutar, lição 5 com exercícios



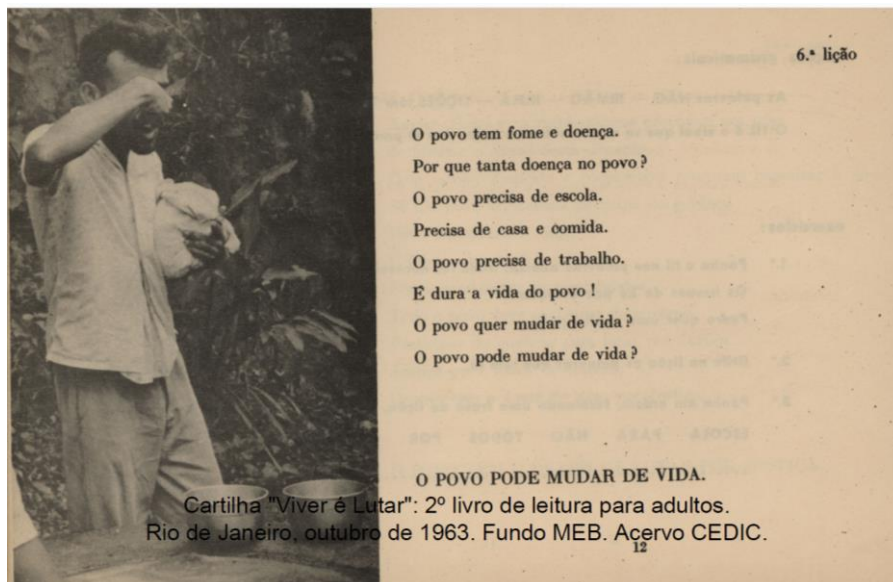
Fonte: Fundo do MEB. Acervo do CEDIC, 1963

## Representações de educação crítica emancipatória no livro “Viver é lutar” (1961-1964)

É visível que o incentivo de leitura não produz autonomia, mas repetição. Em Garcia (1990, p. 63), “a leitura, nos livros, não tem a finalidade de captar o significado. Os livros partem de exercícios de preparação e vão introduzindo vocabulário restrito e controlado, que através da repetição vai sendo fixado”. Nas noções gramaticais há um apontamento para uso do til a partir das letras **a** e **o**; os exercícios, por seu turno, retomam tanto as palavras apresentadas nas noções, quanto aquelas contidas no texto da lição.

No que tange à lição 6, diferentemente da 5 que apresenta uma necessidade, a de estudar; agora se observa que através de questionamentos e afirmações, além da escola, o povo precisa de comida, saúde, trabalho e escola; isto é, mudar de vida (figura 4).

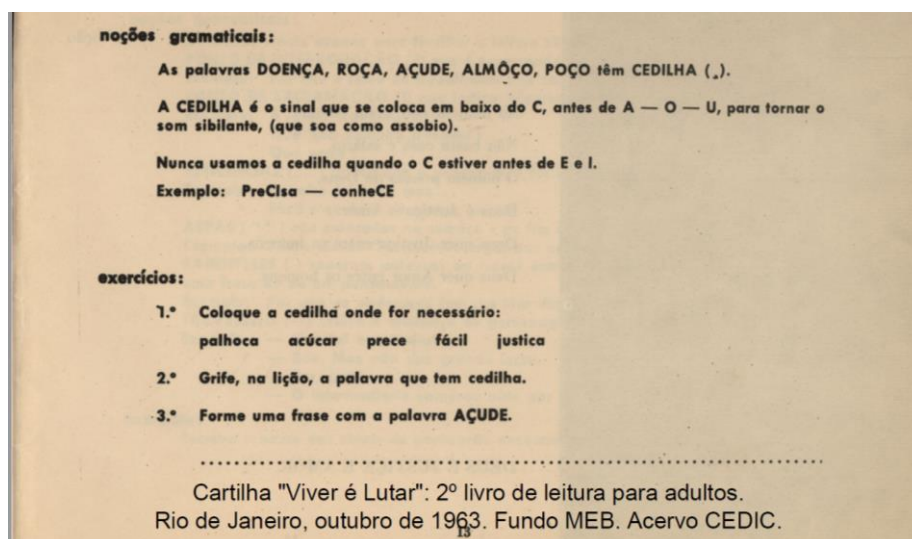
Figura 04 – Livro Viver é lutar, lição 6



Fonte: Fundo do MEB. Acervo do CEDIC, 1963

Com essa figura constatamos a presença de um homem (povo) que com um dos braços suspenso segura um objeto e com o outro agarra uma toalha enrolada. A sua frente, duas vasilhas de alumínio que juntamente com ele estão em um ambiente aberto supostamente no campo. De acordo Mortatti (2006, p. 50), “os livros e cartilhas de alfabetização institui e perpetua certo modo de pensar, sentir, querer e agir, que, embora aparentemente restrito aos limites da situação escolar, tende a silenciosamente acompanhar esses sujeitos em outras esferas de sua vida pessoal e social”. Portanto, evidencia-se a figura 5 com o exercício dessa lição as seguintes noções gramaticais:

Figura 05 - Livro Viver é lutar, lição 6 com exercícios



Fonte: Fundo do MEB. Acervo do CEDIC, 1963

O assunto contemplado nessa lição é o cedilha. Para explicá-lo, palavras são dispostas com seu uso e após isso uma explicação de duas linhas seguida de uma breve observação e exemplos que confirmam o pontuado. Nos exercícios são solicitadas três questões de completar, grifar e formar, respectivamente. Em todas elas, é nítido o uso repetitivo do que foi apresentado nas noções gramaticais. Em concordância a isso, Garcia (1990, p.63) aponta que “[...] essa tecnologia de leitura não revela qualquer preocupação em criar textos significativos, mas, ao contrário, preocupasse em exercitar habilidades. O reducionismo desse enfoque considera a leitura como mera identificação de palavras que, se juntando, compõem frases e textos”.

Nesse sentido, ratifica-se a importância das práticas culturais, bem como de seus sujeitos e produtos que são configurados como objetos culturais em sua materialidade (NUNES; CARVALHO, 2005). Consoante a essa fundamentação, Burke (2008) com a Nova História Cultural expõe a representação a partir de um objeto cultural, inclusive os livros escolares nas instituições de ensino.

Dessa forma é importante salientar que as duas lições nos induzem a trazer à tona a estrutura do livro constituído por imagens acompanhadas de textos, em seguida, noções gramaticais contendo o uso de palavras para reforçar os textos e os exercícios conectados a essas noções do texto. Nesse campo de significação, Chartier (1991) alega que as representações são de cunho individual e coletivo, ambas constituídas de um campo simbólico que traduz os sujeitos e seus lugares sociais.

## *Representações de educação crítica emancipatória no livro “Viver é lutar” (1961-1964)*

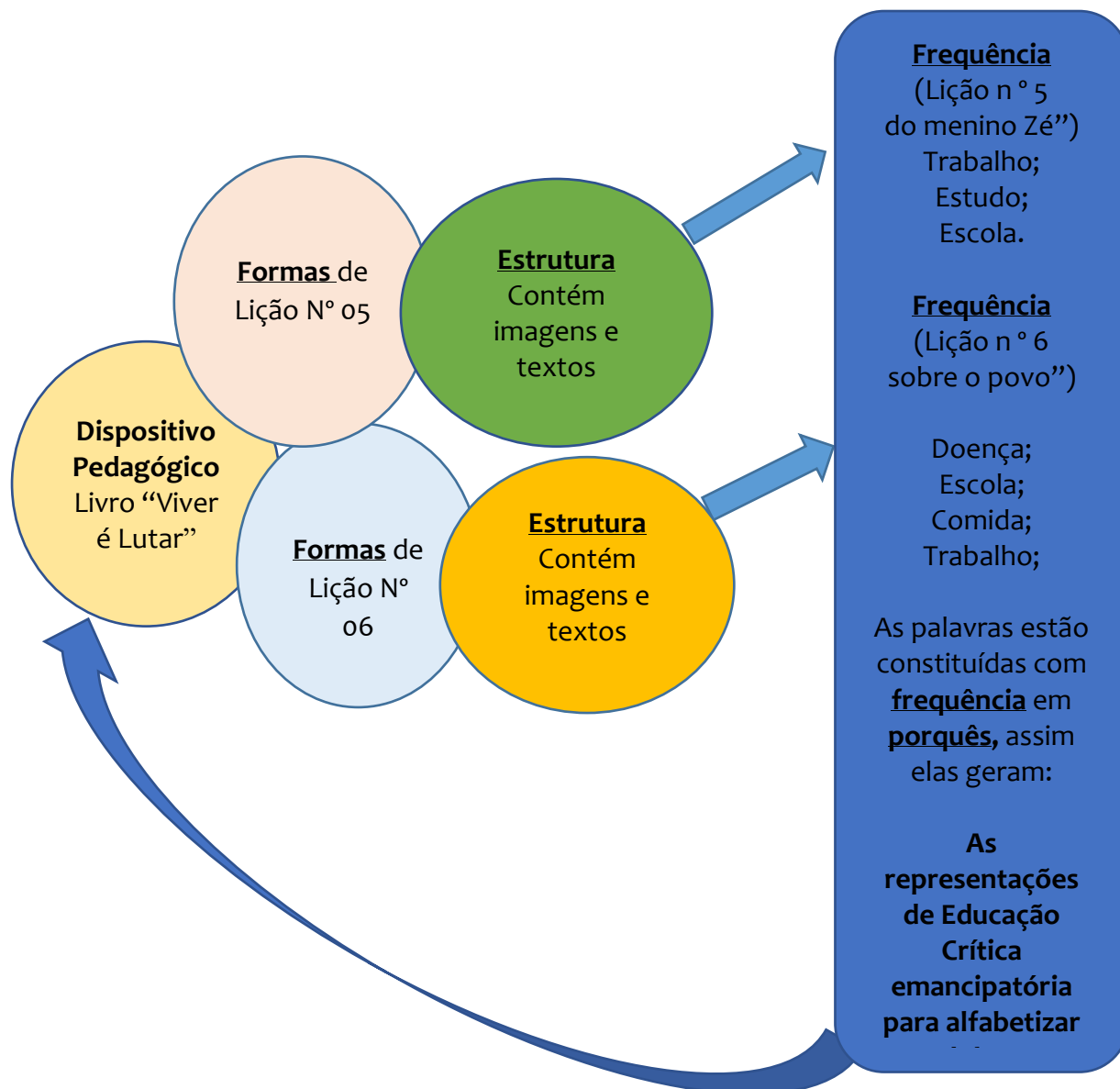
Aliado a isso, Maciel, Neves e Júnior (2020, p.31) afirmam que “a construção dos sentidos e significados estão imersos pelas particularidades, partilhas culturais ou histórias locais presente em cada objeto cultural”. Com esses princípios pontua-se Escolano (2017, p. 122), pois “os objetos culturais não são frios de uma ameada e curiosa arqueologia, mas fontes e símbolos de uma cultura que é necessário desvendar, para entender os silêncios da memória”.

Assim, o livro escolar “Viver é Lutar” possui em sua estrutura, lições que aparecem com frequência sob a ótica: Por que não tem escola para o Zé? Por que tem tanta doença no povo? Por que não tem comida para todos? Tais questionamentos estão articulados aos conceitos dos movimentos populares que utilizavam práticas de leitura e escrita como forma de conscientização e libertação das classes populares no período de 1960 com o Movimento de Educação de Base.

O indicativo dos porquês presente nas lições expressa as indagações, questionamentos, perguntas e diálogos permitindo ao camponês refletir sobre a sua condição história de sujeito no contexto brasileiro, possibilitando ainda, a luta para reivindicação de seus direitos como cidadãos na sociedade. Esse diálogo é permeado, por meio de uma educação problematizadora, onde a partir da cultura e do contexto social que o sujeito está inserido, consolida-se uma educação crítica à sociedade opressora, como anuncia Freire (1976).

As lições expressadas na perspectiva do livro é a do conhecimento do mundo para a consciência e a sua transformação social. Com isso, é imprescindível apresentar algumas das representações de educação crítica emancipatória, no livro escolar “Viver é Lutar”, a respeito das práticas de leitura como fio condutor para alfabetizar os educandos adultos, fato verificável nas lições 05 e 06:

Figura 06:- Representações de Educação Crítica Emancipatória no Livro Viver é Lutar



Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

A representação presente na figura 06 só foi possível de ser tecida devido à análise operacionalizada no livro escolar "Viver é lutar". Esse foi um dispositivo pedagógico que tinha por finalidade que os professores locutores e monitores, desenvolvessem práticas de leitura e alfabetização aos educandos adultos nos diversos Sistemas Educativos Radiofônicos do Brasil.

O livro escolar estava estruturado na forma imagética e textual e possuía diversas atividades enquanto forma de organização de lições. Isso nos conduziu a interpelar que

### *Representações de educação crítica emancipatória no livro “Viver é lutar” (1961-1964)*

na lição de número 5 aparece, com frequência, as palavras: trabalho; estudo e escola, questionando por que não existe escola para o Zé? Se todos tinham o direito de estudar! Por que o menino Zé já trabalha e não estuda? Por que não existe escola para todos? Se todos tinham o direito de ter uma escola para estudar! Na lição 06 sobre o povo aparece, com frequência, as palavras: doença; escola; comida e trabalho. Questionando por que tem tanta doença no povo? Se todos têm direito a saúde pública”. Por que nem todos têm comida? Se todos os cidadãos tinham o direito ao bem básico, da alimentação!

Quer sejam entre uma e outra a lição, os porquês que apareciam com frequência<sup>7</sup> tinham o intuito de direcionar os jovens e adultos a criticarem o sistema opressor nos primeiros anos de 1960. Tais reivindicações se dariam pelo bem comum e coletivo da luta, por isso, para que o povo viesse a usufruir de seus direitos negados era preciso sempre obter como mudança de vida o significado de que Viver é lutar: título que se fez presente no livro escolar produzido pelo Movimento de Educação de Base para ser utilizado pelos Sistemas Educativos Radiofônicos no Brasil. No entanto, em 1964, esse livro foi visto como subversivo para alfabetizar os adultos , e, por isso, a maioria deles foram apreendidos e queimados pelos sujeitos do regime ditatorial, pois apresentavam representações de Educação Críticas emancipatórias.

Nesse sentido é que a análise do livro “Viver é lutar”, apresenta a representação de educação crítica e emancipatória, em uma perspectiva Freireana, levando em consideração que os saberes são experiências (FREIRE, 1992) e, por isso, construídos a partir das relações tecidas entre os sujeitos sociais e a cultura. Portanto, Freire (2005) alerta que cada um deve fazer seu papel de sujeito e não de objeto e isso prescinde, necessariamente, do atendimento de necessidades individuais que trazem em seu bojo a fundamental coletividade nas propostas de ensino e aprendizagens dos educandos jovens e adultos.

#### **Algumas considerações**

O livro escolar “Viver é Lutar” foi um dispositivo pedagógico produzido para alfabetizar os adultos, por meio dos Sistemas Educativos Radiofônicos no Brasil. Por isso, esse livro é visto como um objeto cultural, da cultura, cultura material que permitiu tecer as representações de educação crítica emancipatória.

A assertiva coaduna-se com os fundamentos de Chartier (1991, p. 16) quando aponta que o objeto da história cultural, produzido pelos sujeitos, está conectado para “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Isto foi de fundamental importância para se pensar as representações que por ora foram analisadas nesse livro, no entanto, poderão surgir outros sentidos e significados para outros sujeitos leitores, ao entrarem em contato com este livro escolar nos múltiplos contextos sociais.

A opção em operar a análise do livro escolar “Viver é lutar” pelas representações metodológicas de Chartier (1990;1991;2015), mais específico em seu primeiro eixo de análise, pelo viés da frequência, estrutura, forma e dispositivo, possibilitou a inserção constituída no uso de imagens associados aos textos, noções de gramáticas e palavras, que tinham como propósito promover a conscientização dos leitores e alfabetizando adultos, questionando e problematizando situações do meio de cada contexto social, mais específico a reivindicação sobre as desigualdades sociais a qual estava submetido o povo brasileiro.

As representações de educação no livro constituem-se pelo método analítico com o uso de imagens e textos, que estavam delineadas com viés da luta, coletividade e união da população brasileira para reivindicar os seus direitos negados na estrutura social desse período histórico.

Apesar do livro se propor a educação problematizadora presente entre textos e imagens identificou-se, ainda, na parte que contém a gramática e exercícios de atividades, lições repetitivas e de memorização. É visível que o incentivo de leitura não produzia em parte autonomia e criticidade, mas repetição. Em Garcia (1990,), “alguns livros de leitura, não apresentam em sua totalidade a finalidade de captar o significado. Os livros partem de exercícios de preparação e vão introduzindo vocabulário restrito e controlado, que através da repetição vai sendo fixado. A exemplo disso, nas noções gramaticais há um apontamento para uso do til a partir das letras a e o; os exercícios, por seu turno, retomam tanto as palavras apresentadas nas noções, quanto aquelas contidas no texto da lição, na forma de um método sintético.

Neste sentido, as lições contidas no livro escolar “Viver é Lutar” estavam delineadas por uma educação problematizadora, em que apareciam com frequência

## Representações de educação crítica emancipatória no livro “Viver é lutar” (1961-1964)

representações sobre trabalho, da luta, do estudo, da alimentação e do povo que precisava de escola. Tais lições constituíam as representações de educação crítica emancipatória para que a população tivesse conscientização e, posteriormente, reivindicassem os seus direitos negados na estrutura social, no período de 1961-1964, no Brasil.

### Referências

BARROSO, J. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. *Princípios Gerais da Administração Escolar*, v. 1, 2012. <Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262>>. Acesso em: 10/02/2020.

BURKE, Peter. Um novo paradigma? In: **O que é história cultural?** 2 edição. Rev. E ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.68-98.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et AL (orgs.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, Ana Maria. **Os modelos contraditórios da leitura entre formação e consumo. Da alfabetização à cultura de massa.** Tradução de Maria Helena Camara Bastos. I Título original em francês: "Les modeles contradictoires de la lecture entre formation e consumation, de l'alphabétisation populaire à la culture de masse". Comunicação apresentada no un Congres de l'Association Internationale des Études Françaises, em 5 de julho de 2001. Publicado no Cahiers de l'Association Internationale des Études Françaises. Paris, n.54, pp.363-380, maio 2002.

CHARTIER, Roger. **A força das representações:** história e ficção. João de Castro Rocha (Org). Chapecó, SC. Editora: Argos. 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** [Tradução de Cristina Antunes]. – 2. Ed. Belo Horizonte. Editora: Autêntica 2016.

CHARTIER, Roger. O mundo da representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v.5, n.11, p.173-191, jan/abr. 1991.

ESCOLANO BENITO, Augustin. Práxis escolar como cultura. IN: **A escola como cultura:** experiência, memória e arqueologia. Campinas/São Paulo. Editora Alínea, 2017.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular:** análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados, 2006.

FERRARO, Alceu Ravanelo. A história do analfabetismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.



FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra LTDA, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, Marlene. **Um saber sem escrita: visão de mundo do analfabeto**. Cade. Pesq. São Paulo, 1990. Disponível em: <file:///C:/Users/adria/Downloads/1067-4006-1-PB.pdf>. Acesso em: 04/02/2020.

MACHADO, V.; MARQUES, A.F. **A trajetória do MEB (Movimento de Educação de Base) e o significado dos programas de educação rural instituídos pelo governo militar (1964-1985)**. UNISAL, Americana, SP, ano XVII no 33 p. 149-172 jul./dez. 2015

MACIEL, Rogério Andrade; NEVES, Joana d'arc de Vasconcelos; JÚNIOR, Sebastião Rodrigues da Silva. **Amazônia e seus artefatos culturais**. In: **Cultura material em contextos não escolares na Amazônia Paraense**. Coleção cultura material múltiplos contextos sociais. Volume 1. Editora CRV, Curitiba, 2020.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes MEB (Movimento de Educação de Base)**. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/meb-movimento-de-educacao-de-base/>. Acesso em: 31/03/2020.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular**. Cadernos Ceses, ano XX, nº 52, novembro, 2000. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622000000300004&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622000000300004&script=sci_arttext&tlng=pt).

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB/DOCUMENTOS LEGAIS-APOSTILA 1/SÉRIE A - FUNDO MEB. In: **Acervo do Centro de Documentação Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC - PUC - SP - 1961-1965)**. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2020.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Historiografia da educação e fontes**. In: GONDRA, José Gonçalves (org.); **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 509-523.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SALVADOR, Luiz Roberto Conegundes. **Da cartilha aos métodos: condições para a alfabetização**. Monografia apresentada à Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). 1997.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2000.

SOARES, Leone; GALVÃO, Ana Maria de O. **Uma História da Alfabetização de Adultos no Brasil**. In: STEPHANOV, M; BASTOS, M. H. C. **História e Memória da Educação no Brasil – século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAVARES, Maria de Fátima Duarte. **Preservação digital: entre a memória e a história**. Cia. Inf., Brasília, DF, v.41, n.1, p. 9-21, jan/abr., 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula. Ensaio sobre culturas e práticas escolares. **Revista Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2009.

**Dados sobre o artigo:** O referido texto é resultado de uma pesquisa produzida pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Currículo na Amazônia (NIPHECA), na linha que trata sobre produção dos livros e cartilhas escolares no Brasil e suas representações.

## Notas

<sup>1</sup> O Movimento de Educação de Base é notadamente marcado por dois períodos: 1961 até 1964 correspondente à sua criação marcada pelo espiritualismo cristão; e o segundo é datado no pós-64 e versava sobre a instauração e, ainda, consolidação da ditadura militar (MACHADO; MARQUES; 2015). Assim, o MEB foi criado com a assinatura do decreto nº50.370 por Jânio Quadros, em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Ministério da Educação e o Ministério de Obras Públicas (DOCUMENTOS LEGAIS – APOSTILA 1/SÉRIE A – FUNDO MEB, ACERVO CEDIC; 1961-1965, p. 37).

<sup>2</sup> Utiliza-se os termos “artefatos”, “elementos” e “objetos” como sinônimos para analisar o livro “Viver é lutar”. Este é um artefato cultural de alfabetização usado no cotidiano dos Sistemas Educativos Radiofônicos do Brasil, cuja finalidade foi o de alfabetizar os adultos nas escolas radiofônicas.

<sup>3</sup> Chartier (1990) aborda três eixos para análise dos objetos teóricos em sua materialidade: o primeiro versa sobre a história do objeto em sua materialidade, contemplando forma, estrutura, frequência e dispositivo; o segundo diz respeito à história das práticas nas suas diferenças; o terceiro, por fim, está constituído enquanto a história das configurações dos dispositivos nas suas variações históricas. Para essa pesquisa foi usado apenas o primeiro eixo de análise sobre as lições contidas no livro.

<sup>4</sup> Esse foi um material disposto para análise e é uma cópia digitalizada em PDF, sendo lançada no Rio de Janeiro em 1963 pelo Movimento de Educação de Base (MEB), um ano antes do golpe militar.

<sup>5</sup> Os monitores eram sujeitos que tinha algumas habilidades de leitura e escrita e orientavam os jovens e adultos nas redes de escolas radiofônicas nas diversas comunidades do Brasil (FÁVERO, 2006).

<sup>6</sup> Ministro da Cultura, Departamento de Estudos e Pesquisa. Práticas culturais dos franceses, descrição sociodemográfica. Evolução / 974-981. Paris: Dalloz, 1982.

<sup>7</sup> Apesar de não analisarmos as outras 28 lições contidas nesse livro escolar, foi possível identificar outras palavras que apareciam com frequência nesse objeto cultural, são elas: Viver é lutar, Comunidade, Família, Eleição, Direitos e Direitos negados, Povo analfabeto, Consciência, Liberdade, Trabalho de Deus, Amor, Profissões, Trabalho infantil, Sindicato, Cultura, (in) Justiça, Casa e União. Todas tinham a intenção de fomentar uma educação problematizadora na forma de textos e imagens.

## Sobre os autores

### **Rogério Andrade Maciel**

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA(PPGED/ICED/UFPA). Professor da Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Bragança. Associado da Sociedade Brasileira de História da Educação - (SBHE). Líder do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Currículo

---

na Amazônia (NIPHECA). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos e Diversidade na Amazônia (GUEAJA). E-mail: [rogeriom@ufpa.br](mailto:rogeriom@ufpa.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1673-5215>.

**Adriane Beatriz Lima de Souza**

Técnica em Redes de Computadores (IFPA- Castanhal). Professora graduada em Letras Língua Portuguesa (UFPA- Castanhal). Especialista em Educação e Interculturalidade na Amazônia (UFPA- Bragança). Mestranda em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA- Bragança). Pesquisadora nas áreas de Linguística (Socioterminologia), Ensino e aprendizagem (leitura, escrita e análise linguística), Interculturalidade (comunidades tradicionais, populações quilombolas). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Currículo na Amazônia (NIPHECA). Professora de Redação e Língua Portuguesa para vestibulares e concursos e da rede municipal de ensino. Revisora e corretora de trabalhos acadêmicos. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1241-3393>. Email: [adriane\\_beatriz\\_@hotmail.com](mailto:adriane_beatriz_@hotmail.com)

**Sebastião Rodrigues da Silva Junior**

Doutor em Sociologia (UFPA-2013). Professor Adjunto IV da Faculdade de Educação do Campus de Bragança (UFPA). Professor do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos e Diversidade na Amazônia (GUEAJA). E-mail: [sebast@ufpa.br](mailto:sebast@ufpa.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1291-8287>.

Recebido em: 22/04/2020

Aceito para publicação em: 13/05/2020